LEGISLATIVO Executivo pretende tornar mais eficiente o sistema

Câmara de Salvador aprova Fundo de Previdência

JEFFERSON DOMINGOS

Após meses de negociação envolvendo as bancadas do governo e da oposição e sindicatos dos servidores municipais, a Câmara Municipal de Salvador aprovou o Projeto de Lei Complementar Nº 03/17, que prevê a criação do Fundo Municipal da Previdência do Servidor (Fumpres), que, de acordo com a Prefeitura, tem o objetivo de contar com um instrumento mais moderno, para diminuir o déficit previdenciário da capital.

O sistema previdenciário de Salvador deve fechar o ano de 2017 com um rombo de R$ 120 milhões para pagamento de aposentados e pensionistas. A ideia da administração municipal é a de que, com gestão mais eficiente, o déficit seja melhor gerido. O déficit é o dinheiro que o Executivo aporta além do previsto legalmente para pagamento dos aposentados e pensionistas.

Na prática, as mudanças devem impactar a médio e longo prazo na vida dos hoje 28 mil servidores ativos e inativos.

A proposta do Executivo recebeu emenda ampliando a composição do Conselho Municipal de Previdência do Servidor de oito para 10 integrantes, o que permite o aumento de 3 para 4 a representação sindical e inclui uma cadeira para o legislativo municipal.

O sistema previdenciário de Salvador deve fechar o ano de 2017 com déficit de R$ 120 milhões: gasto a mais para Prefeitura

O Instituto de Previdência do Salvador (Previs), será extinto (o que já era previsto) e suas atividades - acervo e pessoal - serão transferidos para a Diretoria de Previdência da Secretaria Municipal de Gestão (Semge).

Conselho

Foi acordado também que representantes dos trabalhadores serão indicados pela categoria somente em prazo de 30 dias. E, caso os sindicatos não definam os quatro conselheiros, o prefeito ACM Neto (DEM) terá a prerrogativa de escolher entre as opções apresentadas.

O coordenador do sindicato dos servidores Bruno Cruz, considera que a decisão gerou perda para a categoria.

"Parece ser uma necessidade de regulamentação nacional, mas a prefeitura só estava preocupada nos cargos que estavam remodelados. Mas são cargos que deveriam conter servidores, mas eles reduzem as assessorias e mantém assessores que não são necessariamente servidores. Ou até servidores que sejam mais ligados à prefeitura e que podem gerar problema ao fundo de garantia dos servidores", opina Cruz.

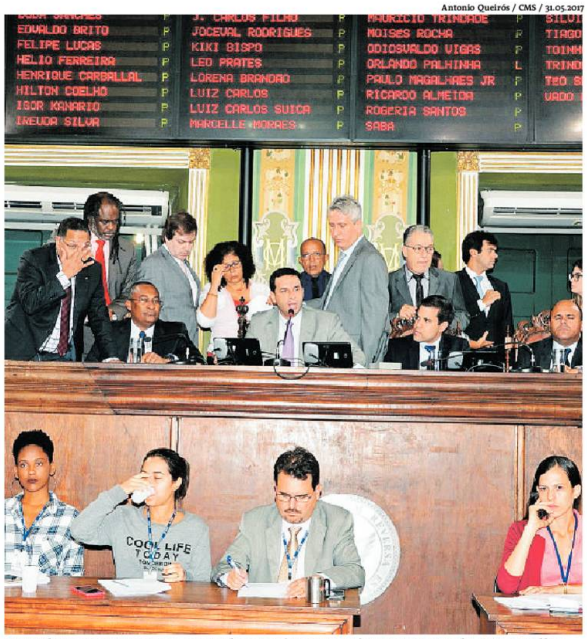
Por outro lado, o presidente da Câmara Municipal, vereador Léo Prates (DEM), destacou o benefício da emenda que trata da composição do Conselho feita ao projeto original do Poder Executivo enviado à Casa.

"Antes, no projeto original, os servidores municipais tinham dois lugares no Conselho Deliberativo, nós negociamos e conseguimos que esse número passasse para quatro servidores", explica.

Prates ainda falou sobre a vantagens do Fumpres. "Antes tinha um instituto de previdência. Agora tem um fundo de exigência federal. É um instrumento mais moderno de gestão, que passa a ser gerido por um conselho deliberativo e passa a ter um comitê para geriro dinheiro. É uma estrutura mais enxuta e moderna, que se adequa às leis federais".

SOB SUPERVISÃO DA EDITORA INTERINA REGINA BOCHICCHIO

Antonio Queirós / CMS / 31.05.2017



Vereadores aprovaram por acordo o projeto que cria Fumpres e altera Conselho

PRESSÃO

Ala jovem do PSDB pede saída do governo

RENAN TRUFFI
Estadão Conteúdo

Parlamentares do PSDB na Câmara dos Deputados pressionam a cúpula da legenda para decidir na terça-feira, primeiro dia do julgamento da chapa Dilma Rousseff-Michel Temer no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a saída do partido da base aliada. A proposta vem dos "cabeças pretas", ala mais jovem da bancada, mas também tem o apoio de deputados mais experientes, que avaliam não haver mais condição de a legenda continuar apoiando o governo, independentemente do resultado final do julgamento do TSE. A ideia é que o PSDB não espere a decisão da Corte para se posicionar.

De acordo com cálculos de tucanos, dos 46 deputados do partido, 27 são a favor de a legenda abandonar a base aliada de Temer e 12 estariam indecisos. Outros sete são contrários.

Os deputados que rejeitam a permanência no governo articulam uma votação na bancada para tratar do tema logo após a leitura do parecer do ministro Herman Benjamin, relator da ação na corte eleitoral. O grupo quer também buscar o apoio de senadores - cinco dos 11 teriam sinalizado ser a favor da saída. Eles pressionam, ainda, para que os ministros tucanos entreguem seus cargos.

A avaliação é de que Temer está em uma situação de "equilíbrio instável" e que é preciso evitar mais desgaste nas eleições de 2018.

CHAPA DILMA-TEMER

Julgamento do TSE deve discutir validade das últimas delações

ANDREZA MATAIS
Estadão Conteúdo

O debate no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que pode cassar o mandato do presidente Michel Temer deve ser norteado pelo artigo 23 da lei que trata da inelegibilidade. As apostas no meio jurídico são de que o ministro Herman Benjamin, relator do processo, deve usar esse trecho da lei para respaldar o uso dos depoimentos de executivos da Odebrecht e do ex-marqueteiro do PT João Santana e sua mulher, Mônica Moura, para justificar seu voto.

Os depoimentos incriminam mais a chapa Dilma Rousseff-Michel Temer do que a denúncia que deu origem ao processo. É nesse ponto que entra o artigo 23 da Lei Complementar 64/1990, prevendo que o juiz pode levar em consideração fatos ainda não narrados pelas partes. O debate será sobre a abrangência do artigo, se o relator poderá citar fatos que nem sequer foram mencionados na acusação ou deverá usar apenas informações que foram ventiladas na peça inicial.

Diz o artigo 23: "O Tribunal formará sua convicção pela livre apreciação dos fatos públicos e notórios, dos indícios e presunções e prova produzida, atentando para circunstâncias ou fatos, ainda que não indicados ou alegados pelas partes, mas que preservem o interesse público de lisura eleitoral".

O julgamento da chapa Dilma-Temer começa no próximo dia 06 de junho

Doações

A petição inicial apresentada pelos tucanos tratava inicialmente da ocultação de dados negativos da economia por parte de institutos oficiais, como o Ipea e o IBGE, o suposto uso de propaganda pela chapa em período vedado e o recebimento de doações de empreiteiras contratadas pela Petrobrás. Tudo isso, segundo o PSDB, desequilibrou a eleição de 2014 a favor da chapa vencedora.

Com o avanço da Lava Jato, depoimentos de delatores foram incluídos no processo por Benjamin. Ao TSE, disseram que houve o uso de caixa 2 na campanha e detalharam a compra de apoio de partidos para integrar a chapa e garantir mais tempo de televisão.

MENSALÃO

Ministro do STF concede regime semiaberto a Henrique Pizzolato

BRENO PIRES
E ISADORA PERON
Estadão Conteúdo

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, concedeu progressão de regime para o semiaberto para Henrique Pizzolato, ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil condenado no mensalão a 12 anos e 7 meses de reclusão, em regime inicialmente fechado, e 530 dias-multa, pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.

O ministro acolheu a proposta de parcelamento da multa feita pela defesa do condenado. A decisão foi tomada na Execução Penal (EP) 10. Pizzolato cumpre pena na Papuda, em Brasília, desde que foi extraditado da Itália.

Consta dos autos que a defesa já havia pleiteado a progressão de regime, com pedido para parcelamento da multa. A Vara de Execuções Penais do Distrito Federal, contudo, não acolheu a proposta apresentada.

Recurso contra essa decisão foi negado pelo Tribunal de Justiça do DF e Territórios. Na sequência, a defesa propôs diretamente ao STF o pedido de pagamento mensal da multa, com parcelas de R$ 1.352,60. O Ministério Público Federal não concordou. Nova proposta foi apresentada, dessa vez com parcelas mensais de R$ 2.175,00, e acompanhada da documentação requerida pelo MPF.